



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2018 e

**Balço Patrimonial
Demonstraço de Resultado
Demonstraço do Resultado Abrangente
Demonstraço dos Fluxos de Caixa
Demonstraço do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas
Demonstraço dos Recursos de Consórcio
Demonstraço de Variações nas Disponibilidades de Grupos
Relatório de Auditoria Independente
Relatório de Administração**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A** em 30 de junho de 2018, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2017**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, sendo emitido relatório de auditoria independente em **27/03/2018**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2018.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735

Cláudio Severo do Nascimento
Contador CRC/RS 49.356/O-7
CNAI N° 618

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balço Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

(Em R\$ mil)

ATIVO

	30/06/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>	17.418	21.123
Caixa e Bancos	12	418
Títulos e Valores Mobiliários	14.298	17.336
Serviços Prestados a Receber	71	7
Adiantamento e Antecipações Salariais	40	32
Impostos a Recuperar	1.689	1.426
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	341	341
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	891	879
Devedores Diversos - País	52	679
Despesas Antecipadas	24	5
<u>Não Circulante</u>	44.376	39.866
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	1.815	1.996
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	6.844	7.020
Impostos Diferidos a Compensar	189	201
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	11.158	9.062
Títulos e Valores Mobiliários - Partes Relacionadas	11.989	10.014
Aplicações em Quotas de Consórcios	200	200
Empréstimos a Grupos	10.596	9.923
Devedores por Depósito em Garantia	203	191
Investimentos em Imóveis	336	174
Imobilizado em Uso	1.035	1.073
Intangível	11	12
<u>Total do Ativo</u>	61.794	60.989

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 87.852.273/0001-42

Balço Patrimonial Levantado

em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>	37.477	39.948
Dividendos a Pagar	0	1.039
Fiscais e Previdenciárias	593	630
Provisão para Pagamentos a Efetuar	152	150
Provisão para Férias e 13 Salário c/Encargos	249	129
Credores Diversos - País	1.969	3.045
Recursos a Devolver a Consorciados	34.087	34.529
Provisão p/Contingências Trabalhistas	427	426
<u>Não Circulante</u>	12.145	9.062
Fiscais e Previdenciárias	987	0
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	11.158	9.062
<u>Patrimônio Líquido</u>	12.172	11.979
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	510
Reservas de Reavaliação	242	242
Reservas de Lucros	6.920	6.727
<u>Total do Passivo</u>	61.794	60.989

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Levantada
em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2018</u>	<u>2º Sem/2017</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	<u>9.536</u>	<u>11.692</u>
Receita de Prestação de Serviços	8.093	9.053
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	918	1.479
Outras Receitas Operacionais	525	1.160
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>(9.285)</u>	<u>(23.089)</u>
Despesas com Pessoal	(1.696)	(2.124)
Despesas Tributárias	(5.779)	(2.731)
Despesas Administrativas	(1.225)	(13.811)
Despesas Financeiras	(196)	(290)
Outras Despesas Operacionais	(397)	(4.168)
Resultado Extraordinário	8	35
Resultado antes da Tributação s/Lucros	251	(11.397)
Imposto de Renda	(35)	3.010
Contribuição Social	(23)	1.045
Resultado Líquido do Exercício	<u>193</u>	<u>(7.342)</u>
Resultado Líquido por Ação	<u>0,0429</u>	<u>(1,6316)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017
(Em R\$ mil)

Eventos/Contas Ano	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total	
		Ágio Alienação Ações Próprias		Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos			Lucros Retidos
Saldo em 30/06/2017	4.500	510	242	779	771	230	5.298	0	12.330
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	(7.342)	(7.342)
Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	(294)	(294)
Resultado Abrangente Destinação do Resultado	0	0	0	0	0	0	0	8.324	8.324
Reserva Legal	0	0	0	218	0	0	0	(218)	0
Dividendos Propostos Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	0	(1.039)	(1.039)
	0	0	0	0	0	0	(569)	569	0
Saldo em 31/12/2017	4.500	510	242	997	771	230	4.729	0	11.979
Resultado do Período Destinação do Resultado	0	0	0	0	0	0	0	193	193
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	193	(193)	0
Saldo em 30/06/2018	4.500	510	242	997	771	230	4.922	0	12.172

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Resultado Abrangente Levantada
em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2018</u>	<u>2º Sem/2017</u>
Lucro Líquido do Exercício	193	(7.342)
Outras Receitas	0	12.611
Impostos sobre Lucro	0	(4.287)
Resultado Abrangente	<u>193</u>	<u>982</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado
em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2018</u>	<u>2º Sem/2017</u>
<u>Fluxo das Atividades Operacionais</u>	<u>(265)</u>	<u>(9.012)</u>
Resultado Líquido do Exercício	193	(7.342)
Ajustes ao Resultado:		
Resultado Abrangente	0	8.324
Despesas de Depreciação e Amortização	21	24
Baixas Imobilizado	21	21
Provisão para Contingências Trabalhistas	1	(11)
Impostos Diferidos a Compensar	12	4
<u>Variações no Ativo Circulante</u>		
Serviços Prestados a Receber	(64)	70
Adiantamento e Antecipações Salariais	(8)	(6)
Impostos a Recuperar	(263)	(1.013)
Devedores p/ Compras de Bens	0	(65)
Devedores p/Compras Participações	(12)	96
Devedores Diversos - País	627	(385)
Despesas Antecipadas	(19)	29
<u>Variações no Passivo Circulante</u>		
Fiscais e Previdenciárias	(37)	(96)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2	(13)
Provisão Férias e 13º Salário	120	(360)
Credores Diversos - País	(1.076)	1.880
Recursos a Devolver a Consorciados	(442)	(11.277)
<u>Variações no Ativo Não Circulante</u>		
Devedores p/ Compra de Bens	181	(1.102)
Devedores p/Compras Participações	176	1.732
Aplicações em Cotas de Consórcios	0	1.477
Empréstimos a Grupos	(673)	(1.136)
Devedores por Depósito em Garantia	(12)	137
<u>Variações no Passivo Não Circulante</u>		
Fiscais e Previdenciárias	987	0
<u>Fluxo das Atividades de Investimento</u>	<u>(2.140)</u>	<u>(5.141)</u>
Títulos e Valores Mobiliários	(1.975)	(4.884)
Investimentos em Imóveis	(162)	(174)
Aquisição de Imobilizado	(3)	(81)
Aquisição de Intangível	0	(2)
<u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(294)</u>
Dividendos Propostos/Pagar	(1.039)	0
Juros sobre Patrimônio	0	(294)
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>(3.444)</u>	<u>(14.447)</u>
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
No Início do Exercício	17.754	32.201
No Final do Exercício	14.310	17.754
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>(3.444)</u>	<u>(14.447)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017****(Em R\$ mil)****ATIVO**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>	166.260	158.841
Disponibilidades	216	1.423
Aplicações Financeiras	58.289	49.811
Outros Créditos	107.755	107.607
Bens Apreendidos	35	35
Contribuições a Receber Normais	95.681	94.760
Contribuições a Receber Atraso	1.475	1.215
Contribuições a Receber Ajuizadas	10.564	11.597
<u>Compensação</u>	780.922	805.793
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorticiados	4.045	3.966
Contribuições Devidas aos Grupos Consorticiados - Bens a Contemplar	410.754	423.804
	366.123	378.023
<u>Total do Ativo</u>	947.182	964.634

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017****(Em R\$ mil)****PASSIVO**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>	166.260	158.841
Obrigações com Consorciados	65.822	64.980
Valores a Repassar	4.420	4.689
Obrigações com Contemplações	46.046	40.442
Obrigações com a Administradora	2.502	3.443
Recursos a Devolver a Consorciados		
Ativos	14	12
Recursos a Devolver a Consorciados		
Desistentes	36.785	35.324
Recursos do Grupo	10.671	9.951
<u>Compensação</u>	780.922	805.793
Recursos Mensais a Receber de Conсорciados	4.045	3.966
Obrigações do Grupo	410.754	423.804
Bens a Contemplar	366.123	378.023
<u>Total do Passivo</u>	947.182	964.634

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2018</u>	<u>2º Sem/2017</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	<u>51.234</u>	<u>63.930</u>
Depósitos Bancários	1.423	396
Aplicações Financeiras	49.811	63.534
(+)Recursos Coletados	<u>48.625</u>	<u>33.815</u>
Contribuições p/Aquisição de Bens	37.153	17.139
Taxa de Administração	7.495	7.966
Contribuição ao Fundo de Reserva	217	528
Rendimentos de Aplicações Financeiras	522	1.002
Multas e Juros	144	0
Prêmios de Seguros	795	779
Outros	2.299	6.401
(-)Recursos Utilizados	<u>41.354</u>	<u>46.511</u>
Aquisição de Bens	24.351	18.910
Taxa de Administração	7.430	8.068
Multas/Juros Repass.Administradora	101	89
Prêmios de Seguros Pagos	771	792
Devoluções a Consorciados Desligados	739	12.966
Outros	7.962	5.686
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	<u>58.505</u>	<u>51.234</u>
Depósitos Bancários	216	1.423
Aplicações Financeiras	58.289	49.811

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
Em R\$ Mil

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Cânciao Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 10, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	8.464	11.661
Títulos de Renda Fixa	5.834	5.675
Total	<u>14.298</u>	<u>17.336</u>

NOTA 05– IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões Trabalhistas	110	110
Provisões Representantes	317	317
Provisões Para outros Pagamentos	<u>130</u>	<u>165</u>
(=) Diferenças Temporárias – IRPJ	<u>557</u>	<u>592</u>
IRPJ 25%	139	148
CSLL 9%	50	53
Total	<u><u>189</u></u>	<u><u>201</u></u>

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 07– CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a títulos a receber relativos à alienação de investimentos em imóveis, sendo que a totalidade dos créditos se encontram em cobrança judicial. Sobre estes valores não foram constituídas provisões para perdas, uma vez que a administração e assessores jurídicos entendem que os valores são de provável recuperação e possuem garantias reais.

NOTA 08 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 09 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		30/06/2018	31/12/2017
Terrenos	-	305	305
Edificações	-	778	778
Instalações	1,5 a 4%	283	280
Móveis e Utensílios	2 a 8%	226	233
Sistemas de Segurança	10%	35	35
Computadores e Periféricos	5 a 13%	128	130
Veículos	10%	143	176
Custo Histórico Corrigido		1.898	1.937
(-) Depreciações Acumuladas		(863)	(864)
Valor Residual Contábil		1.035	1.073

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 12 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 13 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 14 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 15 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

	<u>1o semestre/2018</u>	<u>2o semestre/2017</u>
Lucro antes da CSLL/IRPJ	250	(11.397)
Adições		
Outras adições	1	83
Exclusões		
Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(35)	(11)
Recuperação de Impostos	(62)	0
Base de Cálculo da CSLL	216	(11.325)
Base de Cálculo do IRPJ	154	(11.325)
CSLL – 9%	(19)	0
CSLL Diferida a Compensar – 9%	(4)	(1)
CSLL Resultado Abrangente - 9%	0	1.046
Total CSLL	(23)	1.045
IRPJ – 15%	(23)	0
Adicional de IRPJ – 10%	(3)	0
IRPJ Resultado Abrangente	0	3.013
(-) Incentivos Fiscais – Dedução	1	0
IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25%	(9)	(3)
Total IRPJ	(35)	3.010

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Imóveis

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 65 (mil).

Partes	Circulante		Não Circulante	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sinoscar S.A.	316	317	1.815	1.984
Terceiros	25	24	0	12
Total	341	341	1.815	1.996

b) Devedores por Compra de Participações

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda de participações as empresas Companhia de Participações Sinosserra (ligada) e Themar Participações Ltda. (controladora), gerando uma receita financeira de R\$ 52 (mil) no 1º semestre de 2018.

Parte Relacionada	Objeto	Circulante		Não Circulante	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Themar Part. Ltda.	Venda ações em tesouraria	102	98	1.376	1.367
Themar Part. Ltda.	Venda participação Therrenos	428	410	5.168	5.158
Cia. Sinosserra Part.	Venda participação Guaibacar	361	371	300	495
Total		891	879	6.844	7.020

c) Títulos e Valores Mobiliários – Não Circulante

O valor de R\$ 11.989 (mil) refere-se à letra de câmbio pós-indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento em 11/09/2018.

d) Operações com Empresas Ligadas

A empresa contratou a Promoservice Promotora de Vendas e Serviços Ltda (empresa ligada) para que esta preste consultoria na área comercial, incluindo esforços de vendas, criação de novos produtos e reposicionamento mercadológico da marca e também na área de cobrança e controles internos, resultando em uma despesa de R\$180 (mil) no 1º semestre de 2018.

A empresa também pagou comissões de vendas às ligadas Sinoscar S.A (R\$ 6 mil) e Guaibacar Veículos e Peças Ltda. (R\$ 4 mil).

NOTA 17 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

	<u>30/06/2018</u>
Grupos Administrados	18
Bens Entregues	214
Bens Pendentes de Entrega	387
Taxa de Inadimplência	10,93%
Consorticiados Ativos	4.998
Desistentes e Excluídos no ano	428

b) Aplicações Financeiras - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorciados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

- c) **Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.
- d) **Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.
- e) **Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) **Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) **Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Julho de 2018** sendo que o montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **30 de junho de 2018**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) **Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) **Consortados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) **Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) **Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.
- l) **Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes** - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.
- m) **Recursos do Grupo** - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Porto Alegre, 15 de agosto de 2018.

RAFAEL DA SILVA REIS

Diretor

HUGO PINTO RIBEIRO

Diretor

LUIZ ALBERTO JACOBUS

Diretor

GUILHERME ZUGNO REIS

Diretor

ANDRÉ JACOBUS BERLITZ

Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE

Contadora CRC/RS 85.035/O-6